



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA MG

PROJETO BÁSICO

SOLAR DA BARONESA

Localizado à Rua Direita, número 408, Centro Histórico, Santa Luzia, Minas Gerais.

ESCORAMENTO DO SOLAR DA BARONSESA – Restauro de objeto tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – Necessidade demonstrar conhecimento técnico na realização de obras de restauração de Engenharia Estrutural de edificações históricas tombadas e comprovação de obras de elementos artísticos.

1.OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução do projeto de **ESCORAMENTO DA EDIFICAÇÃO SOLAR DA BARONESA NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG**, especificamente localizado na Rua Direita, nº 408, Centro Histórico, conforme documentos de projeto e planilha orçamentária, elaborados pela Empresa Estilo Nacional - Arquitetura Cultura e Preservação, com acompanhamento técnico da Secretária de Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia e apoio do Ministério Público de Minas Gerais, comarca de Santa Luzia e IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

2.OBJETIVO

O presente Projeto básico visa fornecer às empresas de arquitetura e engenharia, com a habilitação requerida no edital, requisitos mínimos necessários à formulação de propostas, bem como definir as diretrizes a serem observadas para a elaboração dos serviços acima referenciados, a ser contratada por meio de tomada de preços.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada para a Execução do projeto de escoramento da edificação Solar da Baronesa, no município de Santa Luzia, visa atender os apontamentos contidos no laudo elaborado pela Empresa Estilo Nacional e nota técnica nº IEPHA/GPO nº. 277/2021.

O Solar da Baronesa, localizado no centro histórico de Santa Luzia, na Rua Direita, é considerado a maior e mais significativa construção residencial do conjunto urbano tombado desse município. Conjectura-se que o início de sua edificação remete ao final do século XVIII e início do XIX, por ordem do primeiro Barão de Santa Luzia, o Comendador Manoel Ribeiro Viana. Maria Alexandrina de Almeida, nascida na freguesia de São Francisco das Chagas, interior da Bahia, ficou conhecida como a Baronesa de Santa Luzia ao casar-se com Manoel Ribeiro Viana no ano de 1824, na Igreja Matriz de Santa Luzia (IDDG-ESTILO NACIONAL, p.8, 2019).

Visto a sua relevância e importância na história da cidade e a precariedade de seu estado de conservação, se faz necessário o cumprimento em caráter de urgência a execução do Projeto de Escoramento.

O Solar da Baronesa apresenta problemas estruturais e físicos, correndo risco de desabamento, devido à desgastes da estrutura autônoma de madeira, apodrecimento de esteios, deslocamento da alvenaria de adobe, dentre outras patologias que começam a comprometer a integridade do imóvel, porém são danos reversíveis. A questão da desarticulação estrutural de peças na porção posterior do edifício, que tem possibilitado a movimentação da edificação e deformação de vãos nesse trecho, é um problema que demanda avaliação completa prioritária – sem isso, qualquer outra intervenção pontual em elementos compositivos desse trecho de fachada tornam-se não efetivas para a integridade física do bem. Além disso, uma série de avarias pontuais pôde ser observada nas fachadas quanto à situação do revestimento, às condições de esquadrias e à conservação do coroamento encimalhado – avarias que também requerem intervenção reparativa imediata (IDDG-ESTILO NACIONAL, p.119, 2019).

A casa foi tombada pelo Decreto Municipal Nº 772/1989 que legitima ainda mais sua importância como Patrimônio Cultural, além de sua importância e estando inserida no Centro Histórico de Santa Luzia tombado pelo IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Deste modo a contratação para **a referida ação deve ser executada por empresa especializada em restauração de bens imóveis e integrados, não podendo e não devendo ser realizada por qualquer empresa sem experiência ou fora dessa área de atuação.** A mesma deve demonstrar conhecimento técnico, científico e experiência comprovada em restauro de **patrimônio histórico tombado.**

Nessa primeira etapa não será feita a restauração arquitetônica e nem estrutural, nem mesmo de elementos artísticos, estas serão realizadas após a aprovação dos projetos e conclusão do escoramento aqui mencionado.

4.RESULTADOS ESPERADOS

Garantir a preservação e integridade física do bem cultural, de suma importância e inquestionável valor histórico, artístico e arquitetônico para o município de Santa Luzia/MG, enquanto aguarda as etapas de elaboração e aprovação dos projetos arquitetônicos e complementares nos órgãos responsáveis (IEPHA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, COMPAC) a fim de possibilitar o seu uso para os munícipes, turistas e comunidade acadêmica. A obra deverá atender as recomendações técnicas do projeto de escoramento já elaborado, de forma a não causar danos e/ou descaracterização dos elementos construtivos existentes. A mesma terá como premissa básica o respeito e a consideração aos valores estéticos e históricos da edificação, assegurando adequação e compatibilidade aos seus elementos originais, de acordo com a teoria da restauração e critérios de intervenção em bens culturais.

Os serviços serão orientados e acompanhados por arquiteta (os) urbanista (s), restauradora de bens culturais móveis integrados e engenheiros locados na Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Obras Públicas além do suporte e acompanhamento técnico do IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

O conjunto de documentos de projeto será entregue pela fiscalização da Prefeitura Municipal Santa Luzia/MG, preliminarmente ao início dos trabalhos, assim como as diretrizes da execução criteriosa e sequenciada das obras estruturantes desse projeto executivo. Durante os serviços, as várias etapas de execução serão submetidas à aprovação pelos profissionais responsáveis pelas Secretarias Municipais de Cultura e Turismo, e Obras Públicas.

Serão observadas todas as normas técnicas previstas e vigentes para serviços de construção e intervenções em edifícios e instalações históricas e protegidas pelo patrimônio, destacando-se:

- As normas técnicas brasileiras;
- As orientações do órgão de Patrimônio Cultural e responsável pelo tombamento do imóvel, sendo ele: IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

4.1 Serviços Preliminares e Equipamentos

Os serviços preliminares correspondem aos itens que permitirão a viabilidade de início e desenvolvimento da obra, além da mobilização dos equipamentos necessários para a sua execução. Os itens contemplam os materiais e serviços necessários para a montagem da infraestrutura de execução da obra, além de sua segurança.

- Mobilização de pessoal, máquinas e equipamentos (caso necessários);
- Instalações provisórias - barracões, placas de segurança, obras e tapumes (caso necessário);
- Colocação de extintores e estabelecimento de disposição de materiais sem riscos de incêndio;
- Montagem e desmontagem de andaime a ser utilizado conforme o andamento das frentes de trabalho;
- Fornecimento e instalação de estrutura metálica tubular e peças de madeira maciças, conforme orientações do memorial descritivo de escoramento do Solar da Baronesa.

** As placas previstas correspondem à identificação da obra e transparência do processo de contratação pelo município de Santa Luzia e dos recursos da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Santa Luzia – SECULT.*

4.2 Administração local e EPI's

Deverão ser previstos com permanência indicada nos documentos de projeto, os profissionais habilitados e cujos acervos foram comprovados na licitação, com experiência para o acompanhamento de infraestrutura da edificação:

O engenheiro/arquiteto com a experiência comprovada na licitação será o responsável técnico pela execução da obra e terá como missão coordenar, supervisionar e acompanhar todos os serviços executados do início ao fim da obra, conforme atribuição profissional para intervenções em monumentos e bens tombados. O acompanhamento deverá ser realizado durante todo o período de execução da obra **em horário integral**.

É obrigatória a presença do engenheiro civil consultor, que possua experiência em patrimônios tombados, para realização de possível revisão da estrutura a partir de descobertas depois de retiradas necessárias de solo, paredes etc., definindo técnicas específicas para cada posição, de forma a aplicar escoramentos e outros conforme competência técnica. O acompanhamento deverá ser realizado durante todo o período de execução da obra **em horário integral**.

O técnico em segurança do trabalho ficará responsável pelos itens de segurança da obra.

O mestre de obras deverá ser detentor de conhecimento técnico suficiente para a boa execução das atividades previstas. Deverá coordenar, supervisionar e fiscalizar toda a equipe de funcionários (montadores de andaimes, pedreiros, pintores, marceneiros, eletricitas, ajudante etc.), bem como participar ativamente do planejamento das atividades diárias da obra – acesso direto ao arquiteto/engenheiro coordenador. O acompanhamento deverá ser realizado em período integral durante o decorrer da obra. Os serviços serão executados tendo como premissa básica o respeito e a consideração aos valores estéticos e culturais da edificação, de forma a minimizar os transtornos impostos da intervenção, assegurando adequação e compatibilidade em relação aos seus

elementos construtivos originais. A execução da obra considerará a totalidade do monumento estrutural, respeitando as seguintes diretrizes:

Integridade: Respeito ao bem cultural, seja do ponto de vista formal, seja do construtivo, evitando-se conflitos entre o antigo e o novo, integrando a nova função ao espaço a ser preservado. A execução da obra deve obedecer todo o projeto desenvolvido e as alterações não podem ser executadas sem prévia autorização das Secretarias envolvidas;

Autenticidade: As inserções decorrentes de adaptações de uso devem se destacar do existente por meio da explicitação de sua contemporaneidade, adequando tecnicamente ao elemento existente;

Reversibilidade: As alterações decorrentes de adaptações de uso devem ser executadas de acordo com o projeto e de modo a poderem ser eliminadas ou substituídas no futuro, sem prejuízo ao bem cultural;

Qualificação: as novas instalações para uma edificação antiga devem seguir as orientações constantes nos projetos de forma que sejam duráveis e sem riscos ao bem.

Os serviços foram identificados e quantificados com base no levantamento cadastral e projeto de escoramento. As técnicas empregadas deverão seguir as técnicas constantes no projeto e memorial descritivo, com a aprovação da fiscalização dos responsáveis.

As medições dos serviços executados serão realizadas mensalmente, através de vistoria efetuada por técnicos das Secretarias de Cultura e Turismo e Obras Públicas e eventuais relatórios a serem encaminhados pela empresa contratada. Os relatórios, elaborados pela contratada, serão mensais, incluindo documentação fotográfica e laudos técnicos emitidos como comprovação documental da ação.

4.3 Diário de Obras

- A CONTRATADA deverá preencher diariamente e apresentar à fiscalização, até o 1º dia útil seguinte, o Diário de Obras a partir do 1º dia de obra, devidamente assinado pelo Arquiteto e Engenheiro Civil da

CONTRATADA e pelo Responsável Supervisor/Fiscal, da Secretaria Municipal Cultura e Turismo e de Obras Públicas de Santa Luzia.

- O Diário de Obras será o documento para comunicação de fatos, ocorrências, solicitações, análises e avaliações referentes à execução e bom andamento da obra. Qualquer pleito ou reivindicação, proposição ou mesmo reclamação, sequer serão analisados sem o histórico do caso devidamente registrado.
- O Diário de Obras deverá ser de fácil acesso à fiscalização. A não apresentação do D.O. impedirá a tramitação das medições.
- Devem ser registrados no D.O.:
 - O efetivo da obra, os equipamentos utilizados, a descrição dos serviços executados e a produção do dia;
 - Atas de reuniões, solicitações de serviços, de documentos e de providências, bem como advertências, nome de visitantes à obra ou ainda observações de qualquer natureza.

5. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

A planilha orçamentária deverá ser preenchida pelas licitantes com custos GLOBAIS. O BDI que incidirá sob o somatório dos custos totais de cada item de serviço deverá ser apresentado à parte, conforme planilha.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada nas planilhas, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Exercer a fiscalização do contrato por meio de servidores designados para tal, documentando as ocorrências e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato;
- Aprovar o planejamento global e parcial dos trabalhos, com revisão de cronograma se necessário e propor eventuais ajustes;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, bem como atestar nas notas fiscais/faturas, medindo a efetiva execução do serviço objeto desta licitação, sendo assessorado pelo responsável pela área;

- Aprovar os materiais submetidos pela CONTRATADA antes de seu emprego na obra;
- Prestar aos responsáveis técnicos da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas;
- Efetuar os pagamentos relativos aos serviços prestados nos prazos e condições previstos no contrato;
- Solicitar que seja feito, sem ônus ao CONTRATANTE o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no projeto estrutural bem como em seus anexos, caso existam;
- Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante indicado pela empresa, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas;
- Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares, quando se fizer necessário, de acordo com a legislação em vigor;
- Fornecer modelo de placa de obra, bem como a definição dos locais de fixação durante a obra;
- Solicitar a substituição de qualquer dos integrantes da equipe da empresa contratada, conforme estabelecido no item qualificação;
- Realizar inspeções periódicas no canteiro de obras da CONTRATADA, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais, o estado de conservação dos dispositivos protetores do pessoal e dos equipamentos, bem como para fiscalizar a observância dos regulamentos e normas de caráter geral. A contratada compete ainda acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades apontadas;
- Rescindir o contrato, se necessário, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal Normas para licitações e contratos da administração pública nº 8.666/93;
- Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos munícipes em relação aos serviços prestados pela CONTRATADA.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Realizar previamente ainda como licitante, visita técnica ao local da obra para conhecer e estar ciente da estrutura da edificação a ser restaurada e objeto deste termo, bem como das possíveis dificuldades de execução dos serviços;

- Estar ciente de que poderão ocorrer, a critério da CONTRATANTE, alterações técnicas em virtude de mudanças de layout ou atualizações tecnológicas e estruturais da obra, incorrendo disto a necessidade da compatibilização de todos os projetos envolvidos, levando em conta ser uma intervenção em edificação de cunho histórico/cultural, onde o conhecimento completo e definição de serviços necessários será mais apurado depois dos afastamentos/desmontagens que serão feitas obrigatoriamente;
- Arcar com todos os custos referentes ao remanejamento de pessoal e horário de trabalho de sua equipe com o objetivo de evitarem-se ao máximo, transtornos; sendo necessário, se for o caso, agendar com os responsáveis pela administração da referida edificação, dia e hora para a realização dos serviços geradores de excessivo barulho e/ou sujeidade;
- Gerenciar, guardar e responsabilizar-se pelo material localizado no almoxarifado da obra;
- Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho ou outros vínculos empregatícios e ter com eles toda responsabilidade legal como empregador;
- Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE;
- Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante o uso de crachás com fotografia recente e provendo-os de equipamentos de proteção individual (EPI's) promovendo, inclusive, rigorosa fiscalização para que seu uso seja **obrigatório e imprescindível**;
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de séria culpa ou dolo em decorrência da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da edificação objeto desta proposta;

- Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração seja qual for desde que praticada por seus técnicos e demais funcionários nos recintos do CONTRATANTE;
- Refazer, sem custos adicionais e em prazo definido pelos técnicos responsáveis pela fiscalização, todos os serviços, no total ou em parte, que se revelarem insatisfatórios, irregulares ou que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, bem como se responsabilizar integralmente por danos causados ao CONTRATANTE e a terceiros, decorrentes de sua negligencia, imperícia ou omissão;
- Comunicar a administração do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou novidades encontradas no prédio trabalhado e prestar os esclarecimentos que se julgarem necessários;
- Executar o serviço objeto desta proposta dentro da melhor técnica e de acordo com toda a legislação, normas e especificações técnicas pertinentes a cada item de serviço, respeitando ainda o disposto nas especificações contidas nos cadernos de encargos, memoriais descritivos e projetos, atendendo prontamente quaisquer exigências dos fiscais designados pelas secretarias responsáveis inerentes ao objeto de contratação;
- Fornecer, sempre que solicitado, todas as informações e documentações referentes ao desenvolvimento dos trabalhos relacionados com o objeto, encaminhando todos os documentos referentes à obra para conhecimento e arquivamento pelas secretarias responsáveis;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas todas as condições de **habilitação e qualificação** exigidas na licitação de acordo com o art. 55, XIII da Lei Federal Normas para licitações e contratos da administração pública 8.666/93;
- Estar ciente que, se tratando de obra a ser realizada em monumento histórico, é de extrema importância e singularidade, é imprescindível que a mão de obra a ser empregada na execução de cortes, rasgos, perfurações, recomposições de alvenaria, passagem de tubulações, montagem e desmontagem de andaimes, instalações de equipamentos

ou qualquer outro serviço correlato que possa vir a interferir na edificação, devem ser criteriosamente realizados buscando-se minimizar ao máximo os impactos de tais intervenções, preservando desta forma, as características originais da edificação garantindo a total integridade tanto de sua estrutura quanto do que nela estiver contido;

- Cumprir rigorosamente os termos do projeto de escoramento estrutural e demais subsídios do conjunto de projetos e documentos orientativos pra execução do objeto licitado, realizando os serviços objeto da presente licitação dentro dos prazos e nas quantidades e especificações contidas nos documentos de projeto;
- Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços executados, bem como eventuais despesas;
- Fornecer todos os recursos, materiais, equipamentos, inclusive ferramentas, necessários para garantir a execução dos serviços, bem como efetuar, por sua conta e risco, a contratação de pessoal habilitado para a execução dos serviços de mão de obra decorrentes deste instrumento, igualmente, correndo a cargo da CONTRATADA, que assume em consequência deste contrato todas as obrigações e ônus de empregadora, o pagamento da remuneração e salários das contribuições exigidas pela previdência social, seguro contra acidentes de trabalho e demais encargos trabalhistas;
- Garantir que os andaimes utilizados quando necessário sejam autoportantes, não podendo de forma alguma ser apoiados nas alvenarias ou demais elementos integrantes do bem. Em sua montagem e desmontagem deverão ser tomados todos os cuidados necessários a proteção dos elementos construtivos e decorativos. O piso deverá ser previamente protegido e as hastes dos andaimes deverão ser adequadamente recobertas, evitando quaisquer possíveis danos aos elementos;
- Os andaimes externos deverão ser vedados e possuir aterramento por tela de proteção e contenções para devida segurança dos trabalhadores e transeuntes;

- A CONTRATADA será responsável pelo cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas e posturas em vigor, concernentes aos serviços de sua responsabilidade, arcando com quaisquer responsabilidades e decorrentes de infrações destas, inclusive pagamento de multas e obrigações com terceiros;
- Arcar com todos os custos relativos às instalações provisórias de água e energia elétrica visando o atendimento/abastecimento necessário para o desenvolvimento e a conclusão das obras;
- Registrar junto ao CREA/MG e ao CAU/MG a responsabilidade técnica da empresa, do arquiteto e demais profissionais da obra, bem como montar equipe orientada pelas especificações técnicas de profissionais apresentados neste projeto executivo;
- Observar as práticas de boa execução, interpretando as especificações do projeto executivo, inclusive planilha, empregando somente material de boa qualidade e aprovado previamente pela fiscalização das secretarias responsáveis;
- Supervisionar e coordenar os trabalhos eventuais subcontratados, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;
- Instalar canteiro de obra compatível com o porte da obra e aprová-lo pela fiscalização das secretarias envolvidas;
- Manter o diário de obra no canteiro de obras, em condições de fácil acesso pela fiscalização;
- Instalar na obra placa que indique que estão sendo executada obra de escoramento, de acordo com modelo fornecido pelas secretarias responsáveis;
- Não utilizar o interior da edificação como dormitório, cozinha ou depósito de materiais;
- Manter as necessárias condições de segurança das peças históricas (bens integrados), de modo a se evitar danos de qualquer natureza;
- Retirar do canteiro de obra todo pessoal, máquinas, equipamentos, instalações provisórias e entulhos dentro do prazo estipulado no contrato. No caso do não cumprimento desse prazo, os serviços serão providenciados pelo CONTRATANTE, desde que sejam as expensas da

CONTRATADA, cabendo a esta o pagamento das respectivas despesas;

- Entregar relatórios mensais (três vias) com descrição detalhada das atividades e suas respectivas fotos, as quais deverão ser apresentadas em papel A4, impressão colorida, contendo a planta esquemática com indicação do ponto de referência da fotografia, o nome do monumento e a data;
- Após a conclusão dos serviços fornecer relatório e desenhos As Built final (quatro vias impressas) com documentação circunstanciada de todos os fatos ocorridos na obra, com todas as soluções adotadas, acompanhada de documentação gráfica e fotográfica apresentada impressa e em arquivo digital, sem senhas ou restrições;
- Toda documentação, inclusive a fotográfica, deve ser entregue também em mídia digital (CD ou DVD) em alta resolução para uso na Web (mínimo de 300 dpi) em formato PNG, sem senhas ou restrições.

** Serão avaliadas no decorrer da execução das obras as soluções propostas pelos responsáveis técnicos. Caso sejam necessárias diferentes intervenções, cabe à contratada comunicar à contratante sobre estas e a coordenação e compatibilização dos mesmos assim como o fornecimento das informações relativas às suas áreas de interação.*

8 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
 - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo; ou
 - cometer fraude fiscal.
- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- Multa de:
 - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
 - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- As sanções previstas nos subitens referentes a Advertência por escrito, Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de	04

	atendimento;	
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º

de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - • As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01 DE JANEIRO DE 2010)

- Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução dos serviços, sempre que possível;
- Deve ser realizado treinamento dos técnicos e empregados envolvidos na obra para adoção de medidas de redução do consumo de água e energia elétrica e redução de resíduos sólidos, de acordo com as normas ambientais vigentes;
- Deve ser feita a separação de resíduos recicláveis descartados, tais como papéis e embalagens plásticas, com destinação às devidas associações e cooperativas de reciclagem;
- Deve se ater ao descarte correto de resíduos e produtos químicos utilizados no processo de restauração.

10. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/ASPECTOS CONCEITUAIS

Produtos similares somente serão aceitos mediante teste de qualidade e resistência, dentre outros que se fizerem necessários e com a respectiva aprovação do técnico responsável pelo projeto.

Quando se tratar de marcas similares das referências descritas no memorial descritivo ou no projeto, o interessado deverá demonstrar documentalmente que o produto apresentado atende aos requisitos do art.12 da Lei Federal nº 8.666/93 em relação à segurança, funcionalidade, economia na execução, conservação, operação, tecnologia (atual) e durabilidade. Os serviços deverão atender todas as legislações vigentes. As madeiras utilizadas deverão ser certificadas e tratadas.

Os serviços de conservação e manutenção terão como premissa básica o respeito e a consideração aos valores estéticos e históricos dos bens integrados, assegurando adequação e compatibilidade em relação aos seus elementos construtivos originais, de acordo com os critérios de intervenção em bens culturais internacionalmente aceitos no momento.

As intervenções necessárias deverão integrar-se harmoniosamente, do ponto de vista estético, formal e construtivo ao existente.

Alguns itens previstos podem não ser contemplados caso não surja demanda para sua execução, podendo estes ser substituídos conforme orientação da fiscalização.

Para produtos químicos, realizar identificação mediante a elaboração do Diagrama de Hommel de acordo com a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança para Produtos Químicos). A guarda e conservação destes produtos deve ser realizada em armário específico em ambiente externo.

11. SEGURANÇA DO TRABALHO E VIGILÂNCIA

A segurança na obra é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. São obrigações e/ou responsabilidades da CONTRATADA:

- Observar fielmente a legislação pertinente do Ministério do Trabalho no que concerne a Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, assim como manter, no canteiro de obras, os equipamentos de proteção contra Incêndio, na forma da legislação em vigor de acordo com Norma Reguladora nº 23 do Ministério do Trabalho;
- Fazer a comunicação, da maneira mais detalhada possível, por escrito, de todo tipo de acidente, inclusive princípio de incêndio. Serviços que envolva uso de gás, fogo e solda deverão ser feitos com o acompanhamento de técnicos de segurança da CONTRATADA e **definido pela CONTRATANTE o acompanhamento, se necessário de brigada de incêndio;**
- Seguir as normas técnicas de segurança para montagem de andaimes, plataformas de trabalho e estruturas afins, de acordo com a Norma Reguladora nº 18 do Ministério do Trabalho, que estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.
- Fornecer obrigatoriamente aos seus empregados contratados para a obra, de acordo com a Norma Reguladora nº 6 do Ministério do Trabalho, todos os equipamentos de proteção individual adequados ao risco de caráter rotineiro e em perfeito estado de conservação e funcionamento, tais como: capacete de segurança contra impactos,

botas, óculos de segurança, respiradores contra pó e gases tóxicos, guarda pó de manga longa etc.;

- Manter em estado de higiene todas as instalações da obra, devendo permanecer limpas, isenta de lixo e detritos em geral, e de forma satisfatória ao uso, de modo a não oferecer riscos aos trabalhadores nem ao próprio monumento;
- Controlar a entrada e saída de todas as pessoas, materiais, máquinas, equipamentos, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências da obra;
- Ao final de cada expediente deverão ser tomadas as medidas de segurança quanto ao fechamento da obra, desligamento de circuitos elétricos e hidráulicos, guarda segura e afastada do prédio histórico de materiais inflamáveis, ferramentas e equipamentos etc.
- Cabe à CONTRATANTE realizar inspeções periódicas no canteiro de obras da CONTRATADA, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais, o estado de conservação dos dispositivos protetores do pessoal e dos equipamentos, bem como para fiscalizar a observância dos regulamentos e normas de caráter geral. A CONTRATADA compete ainda acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades apontadas.
- A construção/locação de canteiro de obras deverá ser executada de forma a impedir qualquer dano à edificação tombada e aos elementos de seu entorno imediato. Essa locação deverá ser previamente aprovada pela fiscalização da PMSL.
- O canteiro de obras deverá dispor de todas as acomodações para os técnicos, inclusive a fiscalização, pessoal de apoio, operários, guarda de materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias e compatíveis à execução da obra, de acordo com suas características e vulto.
- Independentemente do número de trabalhadores e da existência ou não de cozinha, em todo canteiro de obras deve haver local exclusivo para o aquecimento de refeições, dotado de equipamento adequado e seguro. É terminantemente proibido preparar, aquecer e comer refeições fora dos locais estabelecidos.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS COM A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A empresa a ser contratada deverá apresentar comprovação técnica (artística e arquitetônica) para execução dos trabalhos mediante a 1 (um) atestado técnico em torno de 600 m² (somatória) com seguimento no patrimônio histórico e artístico, solicitados no item de qualificação técnica dos recursos humanos envolvidos na prestação do serviço para estruturação de bem tombado por decretos federal, estadual e municipal.

Fica vedada a participação de empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

A exigência de experiência dos profissionais específicos necessários para a execução do projeto de escoramento do Solar da Baronesa busca resguardar o bem tombado de intervenções feitas por profissionais sem o devido conhecimento das técnicas tradicionais, práticas de restauração e suas interfaces com edificações de interesse cultural/histórico. Previnem-se assim, danos à edificação que possam resultar em perdas de sua integridade, originalidade e autenticidade.

12.1 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

- Pelo menos 01 (um) atestado e/ou certidão atrelada ao CNPJ da licitante que comprove sua experiência na execução de Obra de Restauração em edificação protegida isoladamente por tombamento federal e/ou estadual, com área de projeção superior a 600 m², fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado, de modo a compô-lo, de Registro de Responsabilidade Técnica/CAU, da obra/serviço a que se refere o mesmo e/ou certidão emitida pelo CAU que comprove a sua execução e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica/CREA, da obra/serviço a que se refere o mesmo e/ou certidão emitida pelo CREA que comprove a sua execução.

12.2 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL:

Os profissionais apresentados para fins de comprovação técnica profissional, sendo eles arquitetos, engenheiros, restaurador de bens integrados móveis, imóveis e/ou outros devem comprovar serem habilitados conforme as atribuições dadas pela Lei Federal nº 12.378 de dezembro de 2012 e Resoluções nº 21, nº 51 e nº 91 do CAU/BR e Leis e resoluções do CONFEA;

1) Do profissional Arquiteto e Urbanista:

- Registro no CAU/BR;
- Pelo menos 01 (um) atestado e/ou certidão em nome do (a) Arquiteto (a) que será responsável pela coordenação da ação, que comprove sua experiência na execução de Obra de Restauração em edificação protegida isoladamente por tombamento federal e/ou estadual; fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado, de modo a compô-lo, de Registro de Responsabilidade Técnica/CAU, da obra/serviço a que se refere o mesmo e/ou certidão emitida pelo CAU que comprove a sua execução.

2) Do profissional Engenheiro Civil:

- Registro no CREA/BR;
- Pelo menos 01 (um) atestados e/ou certidão em nome do (a) Engenheiro (a) Civil, responsável técnico, que comprove sua experiência na execução de Obra de Restauração em edificação protegida isoladamente por tombamento federal, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado, de modo a compô-lo, de Anotação de Responsabilidade Técnica/CREA, da obra/serviço a que se refere o mesmo e/ou certidão emitida pelo CREA que comprove a sua execução.

3) Do profissional Restaurador De bens integrados móveis:

- Graduação em Conservação de bens culturais móveis e integrados
- Pelo menos 01 (um) atestado e/ou certidão em nome do (a) Conservador restaurador (a), responsável técnico, que comprove sua experiência na execução de Obra de Restauração.

** Os atestados/declarações elencados acima, devidamente acompanhados das CAT's deverão comprovar habilitação profissional e técnica para execução de obras de restauração em monumento protegido em âmbito federal, estadual e municipal. Os referidos atestados deverão ser acompanhados, de modo a compô-lo, de anotação de responsabilidade técnica – ART/CREA ou de registro de responsabilidade técnica – RRT/CAU, da obra/serviço a que se refere o*

mesmo e/ou certidão emitida pelo CREA/CAU que comprove a sua execução. Deverão também comprovar a aptidão dos profissionais para desempenho dos serviços e ser visados por órgão oficial de preservação. Entende-se por órgão oficial de preservação o IPHAN e IEPHA, que comprovem habilitação para execução de obras em monumento tombado isoladamente a nível federal.

13. FISCALIZAÇÃO

Os serviços discriminados no item DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS deste projeto de escoramento da estrutura da edificação serão orientados, acompanhados e fiscalizados pelo (as) arquiteto (as) Márcia Cristina de Souza CAU A103692-0, Maria Clara de Assis, conservadora-restauradora de bens móveis e integrados (mat. 35.170), e Hugo Kenji Inatomi CREA 5063373661/D-SP e assistentes indicados pela PMSL, sendo estas técnicas da SECULT e este técnico da Secretaria Municipal de Obras, tendo o suporte e acompanhamento técnico do IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

De conformidade com os arts.44 e 46 da Lei Complementar nº 3.123/2010, que estabelece o modelo de gestão para a administração pública municipal e dispõe sobre a estrutura organizacional do poder executivo, o Gestor do Contrato que vier a ser formalizado com a(s) empresa(s) adjudicatária(s) são Luiz Sergio Costa Ferreira, Vice Prefeito e Secretário Interino Municipal de Cultura e Turismo e Bruno Marcio Moreira Almeida, Secretário Municipal de Obras, Matrícula 32163.

14. VISITA TÉCNICA

A visita técnica é facultativa e deverá ser previamente agendada a edificação, objeto deste Projeto de Escoramento, para conhecimento anterior das suas particularidades inerentes, bem como dos cuidados necessários às intervenções a ele pertinentes. As datas e horários dos agendamentos das visitas técnicas serão definidos com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e de Obras Públicas, e deverá ser agendada com os técnicos fiscais desta obra. A visita deverá ser realizada de preferência com antecipação de três dias em relação à licitação, e formalizada através de e-mail.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução da obra objeto deste projeto executivo de escoramento é de no máximo 30 (trinta) dias corridos conforme cronograma a ser executado, o período de vigência do contrato objeto desta licitação será de 12 meses, o que é necessário para as demais providências contratuais, como entrega da obra e declaração de recebimento final da mesma. (Verificar cronograma físico financeiro e Licitação)

O início das atividades ocorrerá imediatamente após a emissão e assinatura da Comunicação Técnica contendo a Ordem de serviço.

16. DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento a CONTRATADA, mediante apresentação da medição, devidamente atestada pelos responsáveis técnicos, não sendo o ordenador de despesas. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após efetivo recebimento da medição, sendo que a CONTRATADA deverá encaminhar juntamente a nota fiscal com todas as certidões.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta da dotação:

01.10.02.13.391.2033.2.085 – FUMPAC – Fundo Municipal de Patrimônio Cultural

339039.100 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte – 100

Ficha – 759

18. DO VALOR

O valor estimado da obra de Escoramento do Solar da Baronesa é de R\$ 330.205,90 (trezentos e trinta mil, duzentos e cinco reais e noventa centavos). O Pagamento será realizado em até 20 dias após a entrega da medição e da nota fiscal.

19. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Todos os materiais ou equipamentos aqui especificados admitem estrita similaridade. Sempre que se ler, seja no memorial descritivo, desenhos ou neste caderno de encargos, o termo “similar”, entenda-se “equivalente técnico”.

Se as circunstâncias ou condições locais tornarem, porventura, aconselhável a substituição de alguns dos materiais especificados, a substituição obedecerá ao disposto nos itens subseqüentes e só poderá ser efetuada mediante autorização da FISCALIZAÇÃO, para cada caso particular e será regulada pelo critério de analogia definido a seguir: Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam analogia total ou equivalência/ similaridade se desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características exigidas na Especificação ou no Serviço que a eles se refiram.

Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam analogia parcial ou semelhança se desempenham idêntica função construtiva, mas, não apresentam as mesmas características exigidas na Especificação ou no Serviço que a eles se refiram. Na eventualidade de uma equivalência, a substituição se processará sem haver compensação financeira para as partes, ou seja, a CONTRATANTE ou a CONTRATADA. Na eventualidade de uma semelhança, a substituição se processará com a correspondente compensação financeira para uma das partes, a CONTRATANTE ou a CONTRATADA, conforme contrato. Entende-se por MATERIAIS, PRODUTOS OU PROCESSOS EQUIVALENTES aqueles com certificação de ISO-9000 ou INMETRO e cujos testes específicos em laboratórios idôneos e especializados tenham apresentado resultados equivalentes quanto aos diversos aspectos de desempenho, durabilidade, dimensões, resistências diversas e confiabilidade. A equivalência entre materiais, equipamentos, acabamentos e demais componentes do projeto, sejam no aspecto qualitativo ou no dimensionamento, forma de fixação ou qualquer outro elemento, serão aceitas somente se não apresentarem prejuízos quanto à segurança, aos aspectos plásticos, a funcionalidade, e estarão sujeitos, sempre, a avaliação e aprovação da FISCALIZAÇÃO. O critério de analogia referido será estabelecido em cada caso pela FISCALIZAÇÃO, sendo objeto de registro no "Diário de Obras" ou Ordem de Serviço. Nas Especificações, a identificação de materiais ou equipamentos por determinada marca implica, apenas, a caracterização de uma analogia, ficando a distinção entre equivalência/similaridade e semelhança subordinada ao critério de analogia estabelecido conforme item anterior. A consulta sobre analogia envolvendo equivalência ou semelhança será efetuada em tempo oportuno pela CONTRATADA, não admitindo a CONTRATANTE, em

nenhuma hipótese, que dita consulta sirva para justificar o não cumprimento dos prazos estabelecidos na documentação contratual. A CONTRATADA deverá submeter à apreciação da FISCALIZAÇÃO, em tempo hábil, amostras ou catálogos dos materiais especificados para a obra, sob pena de impugnação dos trabalhos porventura executados.

O pedido de similaridade de material a ser empregado na obra será possível, desde que solicitado por escrito pela CONTRATADA, para que a CONTRATANTE se manifeste a respeito, emitindo autorização expressa. Entende-se por similar o material que for tecnicamente equivalente ao indicado no Caderno de Especificações de Materiais, devendo, a equivalência, ser comprovada, em tempo hábil, através da apresentação de relatórios ou pareceres técnicos de institutos especializados que permitam a aferição da equivalência, não admitindo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, que dita consulta sirva para justificar o descumprimento dos prazos estabelecidos no contrato. Em caso de eventualidades técnicas que obriguem a mudança de material especificado, o assunto deve obedecer ao prescrito no item anterior, com a anuência da FISCALIZAÇÃO. SUBEMPREGADAS A CONTRATADA não poderá subempreitar as obras e serviços contratados, salvo quanto a itens que por sua especialização requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados, como fundações, elevadores e esquadrias, em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO.

ENSAIOS E PROVAS

A boa qualidade e perfeita eficiência dos materiais, trabalhos e instalações a cargo da CONTRATADA - como condição prévia e indispensável ao recebimento dos serviços - serão sempre que necessário, submetidos a verificações, ensaios e provas para tal fim aconselháveis. A realização destas verificações, provas, ensaios, estará a cargo da CONTRATADA. É condição indispensável e prévia, para o recebimento dos serviços submetidos a tal.

METODOLOGIA

As grandezas mencionadas no presente caderno de encargos estão expressas em unidades legais e conforme a resolução CONMETRO 01/82, de 27.04.82, do Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, de acordo com o artigo 3º da lei 5966, de 11.12.73.

AMOSTRAGEM

A aceitação provisória de material baseada em amostras (contra tipos) previamente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO reger-se-á por planos estatísticos de dupla amostragem por lote que está sendo entregue e antes do desembarque da mercadoria. Não será admitido o desembarque ou descarregamento do material nos casos de não conformidade. Em nenhum caso a aceitação provisória por amostragem implicará na aceitação definitiva de materiais ou unidades que apresentem defeito quando da inspeção 100% (cem por cento) na hora da aplicação ou estocagem. Aquelas unidades ou porções de material que foram aceitas provisoriamente em função da inspeção estatística de qualidade, mas que apresentarem defeito na inspeção 100% ou na hora da sua aplicação, serão separadas, identificadas e guardadas em locais fechados ou marcadamente isolados para evitar o seu uso ou aplicação indevida até serem retiradas definitivamente da obra. A critério da FISCALIZAÇÃO poderão ser dispensados ou minimizados testes de aceitação quando o fornecedor do material apresentar à CONTRATADA certificação de qualidade ISO-9000 ou do INMETRO referentes aos processos produtivos e relativas ao produto que está sendo entregue.

PROCEDIMENTOS NA CONDUÇÃO- SEGUROS

A CONTRATADA manterá durante todo o prazo da obra, até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE, os seguros: - De Risco de Responsabilidade Civil da CONTRATADA; - Contra acidentes do trabalho; - Riscos diversos de acidentes físicos da obra A 1) O seguro referente ao risco de responsabilidade civil da CONTRATADA (RCC) deverá ser apresentado à FISCALIZAÇÃO ou

sua ASSESSORIA até a 1ª medição. A não apresentação implica na não liberação da medição; A 2) A CONTRATADA manterá, na forma da lei, seguro obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo às suas expensas todas as despesas não cobertas pelo seguro, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e subcontratados; A 3) A CONTRATADA se obriga a fazer em companhia seguradora de sua livre escolha, seguro contra os riscos diversos de acidentes físicos, fogo etc. Em casos de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que eventualmente causar à CONTRATANTE ou à coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços, obrigando-se aos ressarcimentos ou indenizações necessárias. B) correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as conseqüências de: B 1) sua negligência, imperícia ou omissão; B 2) infiltração de qualquer espécie ou natureza; B 3) ato ilícito seu, de seus empregados, de terceiros de alguma forma contratados para a execução da obra em qualquer de suas etapas; B 4) acidentes de qualquer natureza com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros na obra ou em decorrência dela. C). Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro na obra, de modo a atingir os trabalhos contratados, a CONTRATADA terá prazo máximo de 03 (três) dias úteis para iniciar às reparações ou reconstruções das partes atingidas; independentemente de notificação da FISCALIZAÇÃO ou de cobertura de seguro. D) A CONTRATADA se obriga a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer no curso da obra. E) A CONTRATADA é responsável pela conservação dos serviços executados, inclusive no caso de erosão, cabendo-lhe ainda a guarda e manutenção da obra até o Recebimento Definitivo ou até a sua liberação deste encargo pela CONTRATANTE. F). Em conformidade com o Artigo 618 do Código Civil, a CONTRATADA responderá durante 05 anos – contados a partir da data do Recebimento Definitivo - pela solidez e segurança, inclusive pelos reparos que venham a ser necessários, se resultantes de execução imperfeita, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus. G) A CONTRATADA assumirá a responsabilidade técnica pela execução da obra junto ao CREA (ART), Prefeitura Municipal e demais órgãos, devendo enviar cópias dos comprovantes à CONTRATANTE.

LICENÇAS E FRANQUIAS

Fica a cargo da CONTRATANTE a obtenção de todas as licenças. A CONTRATADA está obrigada a obter aprovações e franquias necessárias aos serviços contratados, pagando taxas e emolumentos previstos por lei, observando as leis, regulamentos e posturas referentes a à obra e a à segurança pública, atender ao pagamento do seguro do pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, de consumo de água, luz e telefone que digam respeito diretamente à obra e serviços contratados. Serão também de sua responsabilidade o pagamento de multas que sejam impostas mesmo as que, por força legal caibam à CONTRATANTE. A observância do citado anteriormente abrange ainda as exigências do CREA e Prefeitura Municipal de Santa Luzia, principalmente no que se refere à colocação de tapumes e placas contendo o nome dos autores dos projetos e do responsável técnico pela execução das obras e serviços.

ORIENTAÇÕES E FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE é obrigada a manter nas obras por período definido na planilha orçamentária, arquiteto, engenheiro ou prepostos seus, devidamente credenciados junto à CONTRATADA, e a seguir denominados FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, fiscalização e controle de obras e serviços da construção. As relações mútuas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA deverá permitir, à FISCALIZAÇÃO e sua ASSESSORIA e àqueles a quem a CONTRATANTE formalmente indicar, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto; Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso às obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos à obra ainda que nas dependências da CONTRATADA. Será assegurado, à FISCALIZAÇÃO, o direito de suspender obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida, dentro

de 48 horas a contar da entrega da notificação de impugnação correspondente, qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou material posto na obra. A CONTRATADA é obrigada a retirar da obra, imediatamente após notificação qualquer empregado, tarefeiro, subordinado, seu ou de subempreiteiro e que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica. Os serviços que estiverem a cargo de firmas subcontratadas serão articulados entre si pela CONTRATADA, de modo a proporcionar andamento harmonioso da obra no seu conjunto. De nenhum modo a FISCALIZAÇÃO ou sua ASSESSORIA interferirá diretamente junto a firmas subcontratadas. Qualquer notificação ou impugnação de serviço ou material será feita diretamente à CONTRATADA. A CONTRATADA não poderá alegar a subcontratação ou tentar transferir para as subcontratadas a obrigação e responsabilidade, perante a CONTRATANTE, de manter e fielmente bem executar o objeto integral contratado.

INTERPRETAÇÕES, PRIORIDADES E DISCREPÂNCIAS

Todos os elementos constantes do Projeto Executivo, como as plantas baixas, planilhas orçamentárias, elevações, detalhes e especificações deverão ser executados no restauro da edificação. Os projetos, detalhes e especificações se completam e os seus conteúdos valem isoladamente, podendo, portanto, um elemento constar apenas de uma destas partes. A CONTRATADA deverá executar os elementos e os serviços, ainda que conste somente de uma destas partes. Todos os elementos constantes dos Projetos fazem parte da Empreitada por Preço Global e serão considerados incluídos ainda que não constem na planilha orçamentária da proposta da CONTRATADA por qualquer motivo que seja. Detalhes não fornecidos deverão ser consultados a fiscalização. A CONTRATADA deverá verificar todas as medidas no local, correlacionando os projetos e o local antes do início dos serviços. Qualquer divergência será comunicada à FISCALIZAÇÃO ou sua ASSESSORIA e à CONTRATANTE. Qualquer item mencionado neste documento e não incluído nos desenhos de execução ou vice-versa terá a mesma significação como se figurasse em ambos, sendo a execução da obra de total responsabilidade da CONTRATADA. Para efeito de interpretação de divergências entre documentos

contratuais estabelece-se que: Em caso de divergência entre a especificação de materiais e o caderno de encargos prevalecerá o caderno de encargos; Em caso de divergências entre os desenhos e o caderno de encargos prevalecerão os desenhos; Em caso de divergências entre os desenhos de arquitetura e os dos demais projetos prevalecerão os desenhos de arquitetura; Em caso de divergência entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala; Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão às cotas; Em caso de divergência entre desenhos de datas diferentes prevalecerão os de data mais recente; Em caso de dúvida quanto à interpretação dos desenhos e das normas ou instruções da concorrência será consultada a CONTRATANTE, através da FISCALIZAÇÃO ou sua ASSESSORIA.

RESPONSABILIDADE E GARANTIA

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com as especificações contidas neste caderno de encargos, instruções da concorrência, instruções dos fabricantes, desenhos e demais documentos técnicos fornecidos bem como pelos danos decorrentes da realização, pela CONTRATADA, de qualquer elemento ou seção dos serviços implicará, de sua parte, tácita aceitação dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados neste caderno de encargos. Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes. As cores de quaisquer materiais e pinturas a serem executadas na obra serão definidas ou confirmadas pela FISCALIZAÇÃO no momento oportuno. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos. Os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da Proposta da CONTRATADA. Após a celebração do Contrato, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da Proposta da CONTRATADA. A Contratada deverá emitir um cronograma com as atividades previstas para cada semana entregue com 15 dias de

antecedência da realização dos mesmos à Fiscalização. A Contratada deverá elaborar PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho), PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e entregar à Fiscalização com 15 dias de antecedência ao início dos serviços, além do PGRCC que promova a redução de resíduos e programe corretamente seu estoque na obra e destinação aos locais determinados na legislação municipal. A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente com o tráfego nas vias públicas que utilizar ou que estejam localizadas nas proximidades da obra. Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública serão removidos imediatamente pela CONTRATADA, às suas expensas. A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, adutoras, telégrafo ou telefone, duto de esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, ao longo e adjacentes à área da obra, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços. A CONTRATADA cuidará para que as obras a serem executadas acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente à obra. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade. A CONTRATADA cuidará para que o transporte de cargas especiais seja feito sem causar danos ou interrupções nas vias públicas de acesso à obra. Serão escolhidos trajetos e veículos adequados e controladas as cargas, a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis. Se a CONTRATADA necessitar deslocar para a obra qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos nas vias públicas - pavimentos, pontes, viadutos, canalizações ou outras

instalações, deverá comunicar o fato à FISCALIZAÇÃO, informando-a também das providências que pretende adotar para a proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando a CONTRATADA responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas envolvidas. Cumpre à CONTRATADA providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução da obra até o cumprimento integral do Contrato. Os representantes da FISCALIZAÇÃO da obra darão suas instruções diretamente ao Engenheiro residente da CONTRATADA ou seu preposto. Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso às obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos à obra ainda que nas dependências da CONTRATADA. A equipe técnica da CONTRATADA responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução da obra. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda, a seu exclusivo critério, que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que: _ assim estiver previsto e determinado no Contrato; _ for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de acordo com o projeto; _ houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no Contrato; _ houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subseqüentes; e _ a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito, no Diário de Obra. A CONTRATADA deverá providenciar Diário de Obra. A CONTRATADA cuidará para que todas as partes do canteiro de obras e da própria obra permaneçam sempre limpas e arrumadas, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade. Providenciará, ainda, a retirada imediata de detritos dos acessos e das áreas e vias internas e adjacentes ao canteiro que tenham sido resultado de operações relativas às obras. A remoção de todo entulho para fora do canteiro e para local determinado em legislação municipal será feita pela CONTRATADA, a seu ônus exclusivo. As instalações deverão

apresentar sempre bom aspecto, não sendo admitidas construções desalinhadas, desleixo nas instalações, barracões que não inspirem segurança e que sejam desagradáveis à vista e ao uso. Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pela CONTRATADA aos usuários das instalações na obra serão, no mínimo, os determinados pelo Ministério do Trabalho. Os cronogramas apresentados como anexos ao Edital deverão servir como referência para os licitantes elaborarem suas Propostas. Posteriormente, antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar seu cronograma detalhado, devendo o mesmo ser previamente apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO. Sempre que necessário a CONTRATADA deve elaborar desenhos de execução adicionais, além dos detalhamentos constantes dos desenhos apresentados pela FISCALIZAÇÃO, esses deverão ser executados às suas expensas e submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO. Os desenhos de execução adicionais, se necessários, poderão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades e em função do cronograma da obra, em três vias, sendo uma delas devolvida à CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO. Os desenhos de execução adicionais, se necessários, poderão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades e em função do cronograma da obra, em três vias, sendo uma delas devolvida à CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO. Para as obras e serviços objetos destas especificações e projetos, caberá à CONTRATADA fornecer e conservar equipamento mecânico e o ferramental necessários, usar mão-de-obra hábil e idônea, agrupando permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório às obras, bem como obter os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão da obra no prazo fixado. A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc. A FISCALIZAÇÃO poderá admitir os subempreiteiros que previamente aprovar, a seu exclusivo critério, sem que tal aprovação implique qualquer aceitação de transferência de responsabilidade. Não será permitido que o pessoal da CONTRATADA permaneça no canteiro fora dos horários de trabalho definidos. No caso em que a CONTRATADA

venha, como resultado das suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ela as deverá recuperar e deixar em conformidade com o seu estado original. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no local da obra a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações. Ficarão a cargo da CONTRATADA todos os transportes: _ internos e externos de materiais e; _ de mão de obra, máquinas, equipamentos e ferramentas, que serão alocados no item 1 da Planilha Orçamentária; Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução das obras e serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação das demais obras em construção, até sua definitiva aceitação. Não poderão ser realizados na obra processos industriais que empreguem produtos ou produzam e/ou desprendam resíduos corrosivos ou tóxicos sólidos, líquidos, pulverulentos ou gasosos, nem que sejam origem de ruídos que causem incômodo à obra ou à vizinhança. Os usos de processos industriais ruidosos poderão ser empregados na obra somente após autorização da Fiscalização e com a devida comunicação prévia dos locais afetados com o barulho para possível remanejamento do pessoal. Não poderão ser realizadas na obra a limpeza por jato de areia e a pintura industrial por revólver, imersão ou eletrostática. Pronunciar-se-á e determinará a FISCALIZAÇÃO, irrecorrivelmente, em qualquer caso de emprego ou utilização de processos de industrialização, que para isso será solicitada. Também não acarretarão quaisquer acréscimos aos preços propostos as exigências da FISCALIZAÇÃO relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgar necessários. Considera-se sempre que a CONTRATADA dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à 28 execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato que celebrar, não lhe cabendo qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com a obra - considerada como o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridas. O julgamento da compatibilidade de métodos e meios de produção

com a obra será sempre faculdade intransferível e irrecorrível da FISCALIZAÇÃO. É da competência da CONTRATADA registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a FISCALIZAÇÃO, neste mesmo Diário. Confirmar ou retificar o registro. Caso o Diário de Obras não seja preenchido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento de interesse da CONTRATADA registrar, a FISCALIZAÇÃO poderá fazer o registro que achar conveniente e destacar imediatamente as folhas, ficando a CONTRATADA, no caso de dias improdutivos passíveis de prorrogação de prazos, ou em qualquer outro caso, sem direito a nenhuma reivindicação. As despesas com despachantes, deslocamentos de funcionários, utilização de veículos, etc., que não forem computados nos itens próprios da Planilha Orçamentária serão sempre consideradas como incluídas no custo de administração central da CONTRATADA e não devem, portanto, constar nas composições de preços de serviços. EQUIPAMENTO ESPECÍFICO COMO O DE ELEVADOR, DEVERÁ TER SUA PARTIDA COORDENADA POR EQUIPE DIRETA DO FABRICANTE, ou representante autorizado. Será responsabilidade da contratada o treinamento de pessoal do LNA para operação do sistema, não sendo aceitos os sistemas antes do devido treinamento do pessoal, salvo qualquer impossibilidade da contratante.

20. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
 - Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;
 - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;
 - A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos

florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

o O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

▪ A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

- A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

o No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

▪ Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

▪ Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

- o O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- o Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Luiz Sérgio Costa Ferreira
Vice Prefeito
Secretário Interino Municipal de Cultura e Turismo
Prefeitura de Santa Luzia

Bruno Márcio Moreira de Almeida
Secretário de Obras
Prefeitura de Santa Luzia

Santa Luzia, 29 de março de 2022